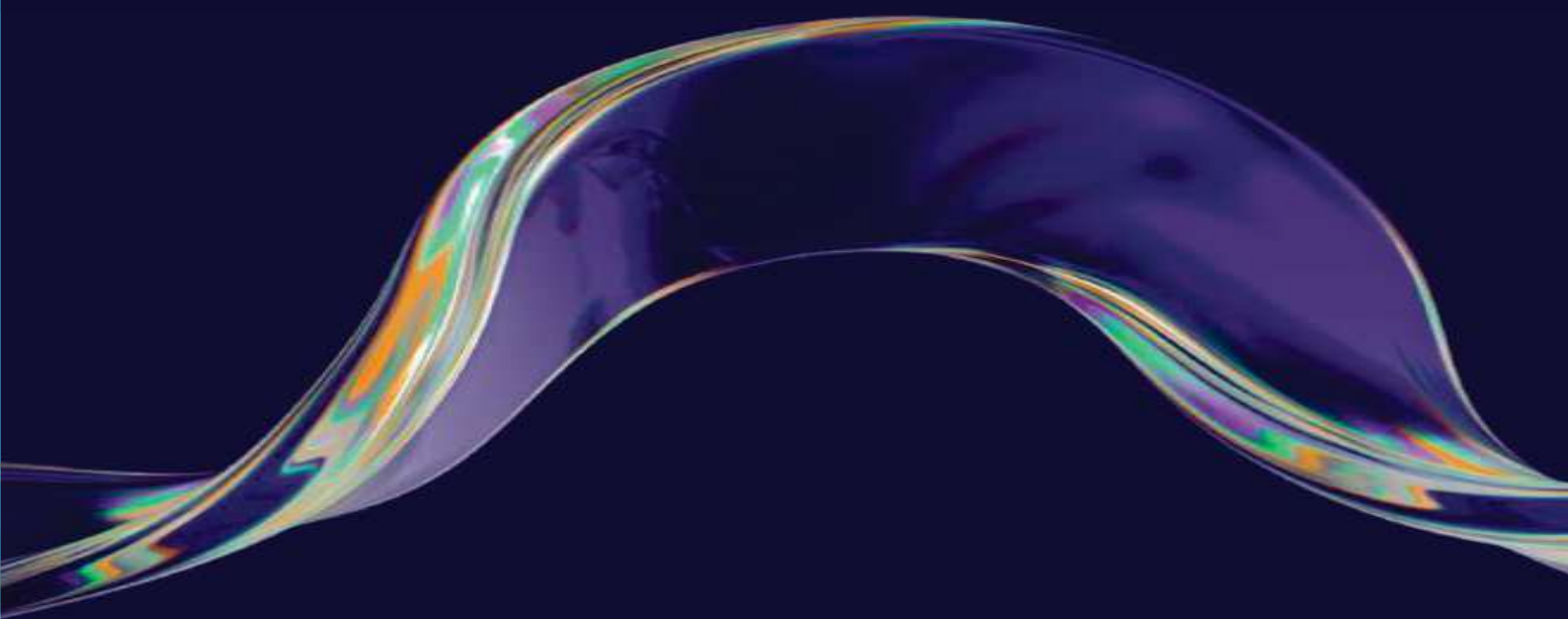


Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.



**Demonstrações financeiras
consolidadas e individuais em
31 de dezembro de 2024
e relatório dos auditores
independentes**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Ventos de São Vicente Participações
Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

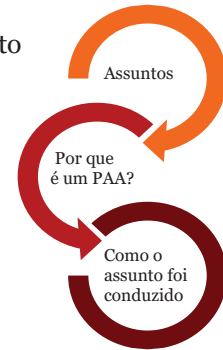
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. e da Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Reconhecimento da receita e mensuração da provisão de ressarcimento decorrente e do contrato de leilão de energia - LER e LEN

Conforme descrito nas notas explicativas 5 e 14 a receita das controladas decorre da geração e venda de energia elétrica conforme Contrato de Leilão de Energia de reserva ("LER") e Contrato de Leilão de Energia Nova ("LEN"). As controladas comprometem-se a entregar um volume mínimo de energia que corresponde a totalidade da energia prevista em contrato à CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), bem como ressarcir anualmente e quadrienalmente a CCEE caso a energia entregue seja menor à energia contratada.

Os riscos observados, e que demandaram foco em nossa auditoria, refere-se ao reconhecimento de receita no período de competência correto, bem como utilização de premissas críticas para estimar essas receitas, e consequentemente a provisão para ressarcimento decorrente dos contratos de leilão, na medida em que envolve: (a) determinar os volumes de energia entregue versus a energia contratada e (b) atribuir valor da provisão de ressarcimento da energia não entregue anualmente e quadrienalmente conforme estipulado em contrato.

Pelo exposto acima, consideramos esta área como foco em nossa auditoria

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, consideraram, entre outros, o entendimento dos controles relevantes do processo de reconhecimento da receita, bem como do processo de mensuração da provisão de ressarcimento decorrente dos contratos LER e LEN.

Também realizamos: i) reconciliação da receita anual gerada pela Companhia, conforme indicado nos controles internos, com as informações da energia efetivamente gerada pelos parques eólicos da Companhia contidas nos relatórios externos disponibilizados pela CCEE; ii) confronto dos preços de venda praticados pela Companhia com os preços disponibilizados nos relatórios externos disponibilizados pela CCEE; iii) comparação das receitas entregues pela Companhia com os montantes de receita contratada; e iv) revisão do cálculo da provisão de ressarcimento considerando as receitas geradas, os critérios adotados pela administração e as premissas previstos no contrato.

Nossos procedimentos revelaram que as premissas para o ressarcimento da receita e mensuração do valor da provisão de ressarcimento da energia adotadas pela Companhia são razoáveis no contexto de relevância das Demonstrações financeiras.



Ventos de São Vicente Participações
Energias Renováveis S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS") e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Ventos de São Vicente Participações
Energias Renováveis S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2025

PRICEWATERHOUSECOOPERS
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Índice

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração do resultado.....	7
Demonstração do resultado abrangente.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Balanço patrimonial.....	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	11

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1	Considerações gerais.....	12
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis.....	13
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB.....	14
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	15
5	Receita.....	16
6	Custos e despesas.....	18
7	Resultado financeiro líquido.....	18
8	Caixa e equivalentes de caixa e fundo de liquidez - conta reserva.....	18
9	Contas a receber de clientes.....	19
10	Investimentos.....	20
11	Imobilizado.....	22
12	Intangível.....	24
13	Financiamentos e debêntures.....	24
14	Provisão de ressarcimento.....	27
15	Provisão para litígios.....	28
16	Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos.....	29
17	Partes relacionadas.....	31
18	Imposto de renda e contribuição social.....	33
19	Patrimônio líquido.....	34
20	Instrumentos financeiros e gestão de risco.....	35
21	Seguros.....	40

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita líquida	5	-	-	228.460	230.778
Custo com energia elétrica	6	-	-	(21.764)	(15.666)
Custo com operação	6	-	-	(110.313)	(109.915)
Lucro bruto		-	-	96.383	105.197
Despesas operacionais	6				
Gerais e administrativas		(118)	(83)	(16.712)	(5.725)
Outras receitas operacionais, líquidas		-	-	-	-
		(118)	(83)	(16.712)	(5.725)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(118)	(83)	79.671	99.472
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	10 (b)	37.966	50.161	-	-
		37.966	50.161	-	-
Resultado financeiro líquido	7				
Receitas financeiras		798	1.300	32.208	29.136
Despesas financeiras		(8.192)	(15.006)	(63.381)	(75.162)
		(7.394)	(13.706)	(31.173)	(46.026)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		30.454	36.372	48.498	53.446
Imposto de renda e contribuição social	18				
Correntes		-	-	(18.044)	(17.074)
Diferidos		204	155	204	155
Lucro líquido do exercício		30.658	36.527	30.658	36.527

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Lucro líquido do exercício	30.658	36.527
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	30.658	36.527

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		30.454	36.372	48.498	53.446
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Equivalência patrimonial	10 (b)	(37.966)	(50.161)	-	-
Juros e variações monetárias de financiamentos	13 (c)	7.364	13.914	55.583	67.626
Apropriação dos custos de captações	13 (c)	151	301	1.498	1.649
Rendimentos sobre fundo de liquidez - conta reserva		-	-	(3.825)	(4.527)
Depreciação e amortização	6	-	-	58.636	58.548
Baixa de imobilizado		-	-	477	-
Provisão de ressarcimento, líquida das reversões	14 (c)	-	-	31.843	15.936
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento	14 (c)	-	-	609	1.552
Ajuste a valor presente sobre obrigações de desmobilização de ativos	16 (a)	-	-	2.688	2.439
Reversão de obrigações socioambientais	16 (a)	-	-	(3.738)	-
Ajuste a valor presente da operação de alienação de investidas	7	-	407	-	407
Realização de ajuste a valor presente dos arrendamentos		-	-	51	19
		3	833	192.320	197.095
Decréscimo (acrécimo) em ativos					
Contas a receber de clientes		-	-	3.333	(7.786)
Tributos a recuperar		291	(256)	1.038	(1.219)
Partes relacionadas		3.923	3.984	3.923	3.392
Demais créditos e outros ativos		(2)	-	3.284	(3.868)
Acrécimo (decrécimo) em passivos					
Fornecedores		(1)	-	8.446	(4.216)
Tributos a recolher		(3)	1	(5.719)	(3.331)
Partes relacionadas		612	-	9.583	2.355
Demais obrigações e outros passivos		-	-	371	1.930
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		4.823	4.562	216.579	184.352
Juros pagos sobre financiamentos e debêntures	13 (c)	(7.810)	(7.484)	(51.785)	(55.345)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(13.340)	(12.020)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		(2.987)	(2.922)	151.454	116.987
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Resgate de (aplicação em) conta reserva		-	-	(11.930)	7.659
Aquisição de imobilizado	10 (b)	-	-	(4.066)	(101)
Aquisição de intangível	11 (a)	-	-	(378)	-
Recebimento de dividendos	1.1.1 (b)	11.912	11.305	-	-
Caixa líquido gerado nas (aplicado nas) atividades de investimento		11.912	11.305	(16.374)	7.558
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Liquidação de financiamentos e debêntures	13 (c)	(143.253)	-	(198.713)	(55.050)
Aumento de capital	1.1.1 (a)	139.000	-	139.000	-
Liquidação de arrendamentos		-	-	(432)	(113)
Dividendos pagos	1.1.1 (c)	(8.675)	(7.897)	(8.675)	(7.897)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(12.928)	(7.897)	(68.820)	(63.060)
Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa		(4.003)	486	66.260	61.485
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		8.374	7.888	226.696	165.211
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		4.371	8.374	292.956	226.696

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Balço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	4.371	8.374	292.956	226.696
Contas a receber de clientes	9	-	-	31.380	34.713
Tributos a recuperar		298	589	577	1.615
Dividendos a receber	17	9.017	11.912	-	-
Partes relacionadas	17	-	3.923	-	3.923
Outros ativos		2	-	2.744	6.029
		<u>13.688</u>	<u>24.798</u>	<u>327.657</u>	<u>272.976</u>
Não circulante					
Fundo de liquidez - conta reserva	8	-	-	52.508	36.753
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>52.508</u>	<u>36.753</u>
Investimentos	10	531.924	502.975	-	-
Imobilizado	11	-	-	823.831	879.214
Intangível	12	-	-	33.868	34.798
Direito de uso sobre contratos de arrendamento		-	-	289	679
		<u>531.924</u>	<u>502.975</u>	<u>910.496</u>	<u>951.444</u>
Total do ativo		<u>545.612</u>	<u>527.773</u>	<u>1.238.153</u>	<u>1.224.420</u>

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Financiamentos	13	-	143.548	56.095	199.479
Fornecedores		1	2	12.076	5.665
Arrendamentos		-	-	306	381
Tributos a recolher		2	4	3.525	4.539
Partes relacionadas	17	19.301	-	29.258	239
Provisão de ressarcimento	14	-	-	44.727	39.548
Obrigações socioambientais	16	-	-	-	3.738
Dividendos a pagar	17	7.281	8.693	7.283	8.693
Outros passivos		-	-	3.545	3.176
		<u>26.585</u>	<u>152.247</u>	<u>156.815</u>	<u>265.458</u>
Não circulante					
Financiamentos	13	-	-	462.308	512.341
Arrendamentos		-	-	-	306
Partes relacionadas	17	-	18.689	864	20.300
Provisão de ressarcimento	14	-	-	63.804	36.531
Tributos a recolher		-	-	6.397	6.397
Obrigações de desmobilização de ativos	16	-	-	28.938	26.250
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	124	329	124	329
		<u>124</u>	<u>19.018</u>	<u>562.435</u>	<u>602.454</u>
Total do passivo		<u>26.709</u>	<u>171.265</u>	<u>719.250</u>	<u>867.912</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	19	417.467	278.467	417.467	278.467
Reservas de lucros		101.436	78.041	101.436	78.041
Total do patrimônio líquido		<u>518.903</u>	<u>356.508</u>	<u>518.903</u>	<u>356.508</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>545.612</u>	<u>527.773</u>	<u>1.238.153</u>	<u>1.224.420</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

		Reserva de lucros			Lucros acumulados	Patrimônio Líquido	
	Nota	Capital social	Reserva de Investimentos	Legal	Retenção		
Em 1º de janeiro de 2023		278.467		7.750	42.439	-	328.656
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	36.527	36.527
Total resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	36.527	36.527
Constituição de reserva legal		-	-	1.826	-	(1.826)	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos		-	-	-	-	(8.675)	(8.675)
Retenção de lucros		-	-	-	26.026	(26.026)	-
Destinação do resultado do exercício		-	-	1.826	26.026	-	27.852
Em 31 de dezembro de 2023		278.467	-	9.576	68.465	-	356.508
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	30.658	30.658
Total resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	30.658	30.658
Constituição de reserva de investimento		-	26.026	-	(26.026)	-	-
Reversão de dividendos anteriores		-	-	-	18	-	18
Aumento de capital	1.1.1(a)	139.000	-	-	-	-	139.000
Constituição de reserva legal	19(c)	-	-	1.533	-	(1.533)	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	19(c)	-	-	-	-	(7.281)	(7.281)
Retenção de lucros	19(c)	-	-	-	21.844	(21.844)	-
Destinação do resultado do exercício		139.000	26.026	1.533	(4.164)	(30.658)	131.737
Em 31 de dezembro de 2024		417.467	26.026	11.109	64.301	-	518.903

1 Considerações gerais

A Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima fechada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo que foi constituída em 22 de dezembro de 2011.

A Companhia tem por objeto social participar como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimentos, bem como apoiar e monitorar o desempenho das empresas de cujo capital participar, por meio de: a) mobilização de recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco; b) subscrição ou aquisição de valores mobiliários que forem emitidos para fortalecimento da respectiva posição no mercado de capital; c) atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas.

A Companhia é controlada direta da Auren Energia S.A. ("Auren").

A Companhia explora e opera centrais geradoras eólicas localizadas na cidade de Curral Novo do Piauí, Estado do Piauí, as quais compõem o complexo eólico Ventos do Piauí I, com capacidade instalada total de 205,8 MWh, por meio de suas investidas.

As atividades da Companhia e suas controladas, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e ocorrem de acordo com as regras e procedimentos de comercialização da CCEE.

A energia produzida é vendida, em sua maioria, por meio de contratos de longo prazo no ambiente de contratação regulado, obtidos em leilões promovidos pela ANEEL, com preços fixos indexados à inflação.

As controladas eólicas possuem outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") conforme listado abaixo:

Eólica	Central Geradora Eólio - elétrica (EOL)	Portaria MME	Capacidade instalada MW	Energia assegurada por MWH/Ano	Início da concessão	Término da concessão
Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A	Ventos de São Vicente 08	75/2016	29,4	133.152	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A	Ventos de São Vicente 09	76/2016	29,4	133.152	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A	Ventos de São Vicente 10	77/2016	29,4	133.152	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A	Ventos de São Vicente 11	78/2016	29,4	131.400	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A	Ventos de São Vicente 12	79/2016	29,4	131.400	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A	Ventos de São Vicente 13	80/2016	29,4	134.904	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A	Ventos de São Vicente 14	81/2016	29,4	134.028	10/03/2016	10/03/2051

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada:

- ACR – Ambiente de Contratação Regulada;
- ACL – Ambiente de Contratação Livre;
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- LEN – Leilão de Energia Nova.

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024

1.1.1 Principais eventos societários

(a) Aumento de capital

Em 17 de junho de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 139.000, passando o capital social de R\$ 278.467 (dividido em 278.467.009 ações ordinárias) para R\$ 417.467 (dividido em 382.977.199 ações ordinárias).

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Recebimento de dividendos

Controladas	Provisionados em 2023	Recebidos	Mínimos obrigatórios	Provisionados em 2024
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.	1.440	(1.440)	1.250	1.250
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	2.040	(2.040)	1.598	1.598
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	1.576	(1.576)	1.101	1.101
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	1.860	(1.860)	1.265	1.265
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A.	1.491	(1.491)	1.244	1.244
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	1.880	(1.880)	1.208	1.208
Ventos de São Vinícius Energias Renováveis S.A.	1.625	(1.625)	1.351	1.351
	11.912	(11.912)	9.017	9.017

(i) Em 17 de junho de 2024, a Companhia recebeu de suas controladas o saldo de dividendos provisionados em 31 de dezembro de 2023.

(c) Dividendos pagos e deliberados

Em 17 de junho de 2024, a Companhia pagou dividendos para sua controladora Auren, no montante de R\$ 8.675, referente aos dividendos deliberados em exercícios anteriores. Houve reversão de dividendos de exercícios anteriores de R\$ 18.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas tomando-se por base as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2024, que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*Internacional Financial Reporting Standards* ("IFRS")) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS") incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* "IFRIC", ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 25 de março de 2025.

2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, ajustes para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

2.3 Moeda funcional

A moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas é o Real ("R\$").

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes.

(a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Operação em conjunto (*joint operation*)

Operação em conjunto (*joint operation*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

As controladas da Companhia possuem participação e controlam em conjunto o Consórcio Ventos do Piauí ("Consórcio").

O Consórcio tem por objeto a construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns, especialmente a subestação coletora, a subestação seccionadora/ elevadora, a linha de transmissão, entre outros, para uso de todas as Consorciadas.

(c) Empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

Controladas	2024 e 2023		Localização	Atividade principal
	Capital total	Capital votante		
Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A	100,00%	100,00%	São Paulo-Brasil	Holding
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A (i)	84,96%	84,96%	Piauí-Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A	100,00%	100,00%	Piauí-Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A	100,00%	100,00%	Piauí-Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A	100,00%	100,00%	Piauí-Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A (i)	77,36%	77,36%	Piauí-Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A	100,00%	100,00%	Piauí-Brasil	Geração de energia elétrica
Consórcio Ventos do Piauí	100,00%	100,00%	Piauí-Brasil	Construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns

(i) Para fins de consolidação são considerados os percentuais de 100% de participação societária, visto que a Companhia é detentora da totalidade de ações ordinárias de suas controladas.

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas em 2024

Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2024 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(b) Novas normas emitidas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis não adotadas pela Companhia e suas controladas

Outras normas, interpretações e alterações às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o período findo em 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas antecipadamente.

A Companhia ainda não concluiu a avaliação dos impactos dessas novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis.

Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras / IFRS 18

Em 09 de abril de 2024, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) anunciou a nova norma, IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, a fim de melhorar a divulgação do desempenho financeiro e oferecer aos investidores uma base melhor para analisar e comparar as empresas.

O IFRS 18 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, mas as empresas podem aplicá-lo antes, sujeito à autorização dos reguladores relevantes. A Companhia optou por não adotar, antecipadamente, o referido normativo.

Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras / IFRS 19

Em 09 de maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações emitidas (*Subsidiaries Without Public Accountability: Disclosures*). As divulgações permitem que as subsidiárias elegíveis utilizem as Normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas (sem alterar aspectos de reconhecimento, mensuração e apresentação existentes nas IFRS completas).

O IFRS 19 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, e as empresas podem aplicá-lo antes. A Companhia está avaliando a aplicação e a elegibilidade para as divulgações anuais em suas controladas.

Reforma Tributária Brasileira

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma tributária brasileira sobre o consumo. A reforma trouxe mudanças significativas no sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal. Entre as principais mudanças, destaca-se a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), modelo de IVA dual que substituirá os atuais tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS. A transição para o novo sistema começará em 2026, de forma escalonada, com implementação integral em 2033.

A Companhia iniciará em 2025 as adequações necessárias para ajustar os processos às novas exigências e prazos requeridos; portanto, nenhum efeito relativo aos impactos da reforma tributária foi considerado para fins dessas demonstrações financeiras anuais.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
11	Imobilizado
12	Intangível
14	Provisões de ressarcimento
16	Obrigações socioambientais e com desmobilização de ativos

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo. A Companhia segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

As operações de venda de energia realizadas pela Companhia são reconhecidas contabilmente nas demonstrações financeiras pelo seu valor justo.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional (“SIN”).

Leilão de Energia: representados por venda de energia proveniente da geração dos parques eólicos, no âmbito de contratação por disponibilidade no mercado regulado, conforme participação em leilões.

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”)

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Consolidado	
	Nota	2024	2023
Receita bruta			
Venda de energia			
Leilão de Energia Nova (LEN)		241.280	230.551
Provisão de ressarcimento	14	(31.843)	(15.936)
Partes relacionadas	17	23.748	19.890
Energia de curto prazo - CCEE		1.701	494
		<u>234.886</u>	<u>234.999</u>
Outras receitas			
Venda de créditos de carbono - partes relacionadas	17	2.739	4.958
		<u>2.739</u>	<u>4.958</u>
Deduções sobre a receita bruta			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(8.251)	(8.356)
ICMS sobre receitas operacionais		(65)	(48)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE		(849)	(775)
		<u>(9.165)</u>	<u>(9.179)</u>
Receita líquida		<u>228.460</u>	<u>230.778</u>

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.
Notas explicativas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Custos e despesas

	Consolidado			
			2024	2023
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Total
Energia comprada	(12.413)	-	-	(12.413)
Encargos de uso da rede elétrica	(9.351)	-	-	(9.351)
Depreciação e amortização	-	(57.825)	(811)	(58.636)
Pessoal	-	(432)	(9.972)	(10.404)
Pessoal (i)	-	(432)	(9.972)	(10.404)
Materiais	-	(43)	(549)	(592)
Materiais	-	(43)	(549)	(592)
Serviços	-	(44.730)	(4.413)	(49.143)
Serviços de operação e manutenção O&M	-	(41.600)	-	(41.600)
Manutenção e conservação	-	(709)	(1.728)	(2.437)
Serviços de terceiros	-	(2.421)	(2.685)	(5.106)
Outros	-	(7.283)	(967)	(8.250)
Aluguéis e arrendamentos	-	(3.954)	(362)	(4.316)
Seguros	-	(3.076)	(34)	(3.110)
Baixa de imobilizado	-	-	-	-
Impostos, taxas e contribuições	-	(253)	(167)	(420)
Outros custos e despesas líquidas	-	-	(404)	(404)
	(21.764)	(110.313)	(16.712)	(148.789)
				(131.306)

(i) As variações referem-se, principalmente, a rateios de despesas de mão de obra.

7 Resultado financeiro líquido

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras					
Rendimentos sobre equivalentes de caixa e conta reserva		796	1.193	30.879	28.618
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento	14(c)	-	-	1.301	411
Ajuste a valor presente da operação de alienação de investidas	17	11	135	11	135
Juros sobre ativos financeiros		29	29	55	29
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro		(38)	(57)	(38)	(57)
		798	1.300	32.208	29.136
Despesas financeiras					
Juros sobre financiamentos e debêntures	13(c)	(3.735)	(7.638)	(47.402)	(55.311)
Atualização monetária sobre financiamentos e debêntures	13(c)	(3.629)	(6.276)	(8.181)	(12.315)
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento	14(c)	-	-	(1.910)	(1.963)
Apropriação dos custos de captações	13(c)	(151)	(301)	(1.498)	(1.649)
Ajuste a valor presente da operação de alienação de investidas	17	(611)	(542)	(611)	(542)
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	16(a)	-	-	(2.688)	(2.439)
Ajuste a valor presente de arrendamentos		-	-	(21)	(19)
Outras despesas financeiras		(66)	(249)	(1.070)	(924)
		(8.192)	(15.006)	(63.381)	(75.162)
		(7.394)	(13.706)	(31.173)	(46.026)

8 Caixa e equivalentes de caixa e fundo de liquidez - conta reserva

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2024, os equivalentes de caixa e fundo de liquidez – conta reserva possuem taxa de remuneração entre 93,28% e 95,12% do CDI (99,67% e 101,35% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa				
Caixa e bancos	101	105	7.111	1.233
	<u>101</u>	<u>105</u>	<u>7.111</u>	<u>1.233</u>
Equivalentes de caixa				
Quotas de fundos de investimentos (i)	-	-	274.385	167.134
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	4.270	8.269	11.460	58.329
	<u>4.270</u>	<u>8.269</u>	<u>285.845</u>	<u>225.463</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>4.371</u>	<u>8.374</u>	<u>292.956</u>	<u>226.696</u>
Fundo de liquidez – Conta reserva (ii)				
Não circulante	-	-	52.508	36.753
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>52.508</u>	<u>36.753</u>
	<u>4.371</u>	<u>8.374</u>	<u>345.464</u>	<u>263.449</u>

(i) As quotas de fundo de investimento referem-se ao fundo exclusivo da Auren, Fundo Aquilae. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

(ii) Os contratos de financiamento das controladas da Companhia exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva como garantia, correspondente a 3 (três) vezes o valor da prestação do serviço da dívida e 3 (três) vezes o valor da prestação dos serviços de operação e manutenção, que deverão permanecer compostas durante toda a vigência dos contratos de financiamentos.

8.1 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas e do fundo de liquidez – conta reserva:

	Controladora		Consolidado	
	Rating local		Rating local	
	2024	2023	2024	2023
AAA	4.371	8.374	345.364	263.349
Sem rating	-	-	100	100
	<u>4.371</u>	<u>8.374</u>	<u>345.464</u>	<u>263.449</u>

Os ratings decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's*, *Moody's* e *Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura por elas.

9 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades das controladas da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD").

Mensalmente, a área de Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento até 45 dias.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição

	Consolidado	
	2024	2023
Leilão de Energia LEN	27.719	32.284
Contratos bilaterais – partes relacionadas (Nota 17)	3.661	2.387
Energia de curto prazo - CCEE	-	42
	<u>31.380</u>	<u>34.713</u>

(b) Vencimento contas a receber

	Consolidado	
	2024	2023
A vencer	31.380	34.671
Vencidos até 3 meses	-	42
	<u>31.380</u>	<u>34.713</u>

A Administração analisou os saldos vencidos de contas a receber de clientes e concluiu que não há histórico de perda, dessa forma, não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

10 Investimentos

Política contábil

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas diretas e indiretas ("subsidiárias"). As subsidiárias são consolidadas quando a Companhia está exposta ou tem direitos sobre retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de direcionar as atividades significativas da investida. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição

	Informações em 31 de dezembro de 2024				Resultado de equivalência patrimonial		Controladora	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)			Saldo	
					2024	2023	2024	2023
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A.	77.675	5.688	100,00%	100,00%	5.688	6.842	77.675	73.340
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A. (i)	73.052	5.240	77,36%	77,36%	5.240	6.278	73.054	69.058
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	74.680	4.634	100,00%	100,00%	4.634	6.635	74.680	71.147
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	81.055	6.725	100,00%	100,00%	6.725	8.596	81.055	75.926
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	77.381	5.328	100,00%	100,00%	5.328	7.833	77.381	73.319
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	75.684	5.087	100,00%	100,00%	5.087	7.914	75.684	71.805
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A. (i)	72.393	5.264	84,96%	84,96%	5.264	6.063	72.395	68.380
					37.966	50.161	531.924	502.975

(b) Movimentação

	Controladora	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	502.975	464.726
Equivalência patrimonial	37.966	50.161
Dividendos mínimos obrigatórios	(9.017)	(11.912)
Saldo no final do exercício	531.924	502.975

11 Imobilizado

Política contábil

É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da autorização. Desta forma os ativos são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL.

As controladas da Companhia reconhecem uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (Nota 15).

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Os bens e as instalações utilizados na geração de energia e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as controladas da Companhia não identificaram indícios de *impairment* para os ativos imobilizados.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição e movimentação

									Consolidado	
	Aerogeradores	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Desmobilização de ativos	Móveis e utensílios	Veículos	Custo de servidão	Obras em andamento	2024	2023
Saldo no início do exercício										
Custo	1.112.869	52.574	48.561	12.079	116	310	339	1.859	1.228.707	1.226.445
Depreciação acumulada	(322.147)	(13.271)	(10.123)	(3.532)	(46)	(310)	(64)	-	(349.493)	(292.307)
Saldo líquido no início do exercício	790.722	39.303	38.438	8.547	70	-	275	1.859	879.214	934.138
Adições	964	-	-	-	-	-	-	4.805	5.769	1.924
Substituição de itens em garantia	(475)	-	-	-	-	-	-	-	(475)	285
Baixas (Nota 15)	-	-	-	-	-	-	-	(3.738)	(3.738)	-
Baixas	-	(2)	-	-	-	-	-	-	(2)	-
Depreciação	(52.597)	(2.315)	(1.678)	(317)	(8)	(12)	(10)	-	(56.937)	(57.133)
Transferências	-	487	(12)	-	63	256	-	(794)	-	-
Saldo no final do exercício	738.614	37.473	36.748	8.230	125	244	265	2.132	823.831	879.214
Custo	1.113.358	53.059	48.549	12.079	179	566	339	5.870	1.233.999	1.228.707
Depreciação acumulada	(374.744)	(15.586)	(11.801)	(3.849)	(54)	(322)	(74)	-	(406.430)	(349.493)
Saldo líquido no final do exercício	738.614	37.473	36.748	8.230	125	244	265	5.870	827.569	879.214
Taxas médias anuais de depreciação - %	5	5	3	3	6	15	3			

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Intangível

Política contábil

Direitos de exploração de recursos naturais

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos relativos à exploração de recurso eólico são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo do período de autorização.

Após o início da operação do parque eólico, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção.

Softwares

As licenças adquiridas e os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis aos softwares são registrados no ativo intangível. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

(a) Composição e movimentação

	Consolidado				
	Direitos de exploração e de recursos naturais	Software	Intangível em andamento	2024	2023
Saldo no início do exercício					
Custo	44.761	178	-	44.939	44.939
Amortização acumulada	(10.017)	(124)	-	(10.141)	(8.828)
Saldo líquido no início do exercício	34.744	54		34.798	36.111
Adições	-	-	378	378	-
Amortização	(1.278)	(30)	-	(1.308)	(1.313)
Saldo no final do exercício	33.466	24	378	33.868	34.798
Custo	44.761	178	378	45.317	44.939
Amortização acumulada	(11.295)	(154)	-	(11.449)	(10.141)
Saldo líquido no final do exercício	33.466	24	378	33.868	34.798
Taxas médias anuais de amortização - %	3	20			

13 Financiamentos e debêntures

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição

										Controladora
										2023
		Circulante				Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor justo
Debêntures	IPCA+5,47%	139.625	(151)	4.074	143.548	-	-	-	143.548	142.397
		139.625	(151)	4.074	143.548	-	-	-	143.548	142.397
										Consolidado
										2024
		Circulante				Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor justo
BNDES	TJLP+2,16%	55.737	(1.348)	1.706	56.095	473.762	(11.454)	462.308	518.403	409.655
		55.737	(1.348)	1.706	56.095	473.762	(11.454)	462.308	518.403	409.655
										Consolidado
										2023
		Circulante				Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor justo
BNDES	TJLP+2,16%	55.279	(1.348)	2.000	55.931	525.143	(12.802)	512.341	568.272	529.016
		139.625	(151)	4.074	143.548	-	-	-	143.548	142.397
Debêntures	IPCA+5,47%	194.904	(1.499)	6.074	199.479	525.143	(12.802)	512.341	711.820	671.413

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional.

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Perfil de vencimento consolidado



O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

(c) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo no início do exercício	143.548	136.817	711.820	752.940
Provisão de juros (Nota 7)	3.735	7.638	47.402	55.311
Atualização monetária (Nota 7)	3.629	6.276	8.181	12.315
Apropriação dos custos de captações (Nota 7)	151	301	1.498	1.649
Juros pagos	(7.810)	(7.484)	(51.785)	(55.345)
Liquidações	(143.253)	-	(198.713)	(55.050)
Saldo no final do exercício	-	143.548	518.403	711.820

(d) Garantias

Modalidade	Garantias
BNDDES	Garantia Votorantim S.A.(i) e Ventos de Santo Estevão Holding S.A. Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.

(e) Condições restritivas (não auditado)

Os contratos de financiamentos da Companhia possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

As cláusulas restritivas financeiras incluem o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). No período findo em 31 de dezembro de 2024, as condições contratuais foram cumpridas.

Vide a seguir, quadro com a composição do ICSD em 31 de dezembro de 2024:

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro do exercício	30.658	36.527	30.658	36.527
Imposto de renda e contribuição social	(204)	(155)	17.840	16.919
Lucro do exercício antes dos impostos	30.454	36.372	48.498	53.446
(+) Resultado financeiro, líquido	7.394	13.706	31.173	46.026
(+) Depreciação e amortização	-	50.161	58.636	58.548
EBITDA Ajustado	37.848	100.239	138.307	158.020
(-) Imposto de renda e contribuição social	204	155	(17.840)	(16.919)
Geração de caixa da atividade [a]	38.052	100.394	120.467	141.101
Serviço de dívida [b]	(151.064)	(7.484)	(250.499)	(110.395)
(-) Pagamento de juros	(7.810)	(7.484)	(51.785)	(55.345)
(-) Pagamento de principal	(143.254)	-	(198.714)	(55.050)
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD [a]/[b]	0,25	13,41	0,48	1,28

14 Provisão de ressarcimento

Política contábil

A conta de provisão de ressarcimento à CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais e são reconhecidos no resultado como ajuste positivo ou negativo da receita, na rubrica "Receita bruta de venda de energia". A Administração da Companhia e suas controladas entendem que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

(a) Ressarcimento anual

Contratos LEN: Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente, no ciclo base de apuração, e o PLD médio do mesmo período, aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Tais acertos financeiros, dependendo do leilão, ocorrem ou em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita, sendo que neste caso, o número de parcelas pode variar caso o montante a ser deduzido seja maior que a receita mensal, ambos a partir do segundo mês do próximo ano contratual. Caso a energia fornecida seja superior à energia contratada, as faixas estarão compreendidas entre 130% e 100%, de acordo com o ano atual de apuração do ressarcimento quadrienal, sendo que os limites de tolerância são: 130% no primeiro ano, 120% no segundo ano, 110% no terceiro ano ou 100% no quarto ano. Para esses casos, a Companhia receberá o valor equivalente a aplicação do PLD sobre o montante em MWh conforme limite de tolerância, em parcela única a partir do segundo mês do próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas da Companhia à CCEE.

(b) Ressarcimento quadrienal

Contratos LEN: Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadriênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre ou em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita, sendo que neste caso, o número de parcelas pode variar caso o montante a ser deduzido seja maior que a receita mensal, em ambos os casos a partir de fevereiro do ano subsequente ao último ano contratual de cada quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas da Companhia à CCEE. Não há acerto financeiro quadrienal para energia fornecida acima dos limites, uma vez que, nessa hipótese, os valores serão liquidados nos critérios enquadrados no ressarcimento anual.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Composição e movimentação

	Consolidado			
	Anual	Quadrienal	2024	2023
Saldo no início do exercício	4.020	72.059	76.079	58.591
Adições (Nota 5) (i)	5.724	26.119	31.843	15.936
Atualização monetária (Nota 7)	77	532	609	1.552
Saldo no final do exercício	9.821	98.710	108.531	76.079
Circulante	4.646	40.081	44.727	39.548
Não Circulante	5.175	58.629	63.804	36.531
	9.821	98.710	108.531	76.079

(i) A ANEEL, publicou em 23 de março de 2021 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao período "provisório" do *constrained-off* eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos antes de outubro de 2021.

Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, apresentando o cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que ocorreram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, período denominado "provisório" do *constrained-off*.

Os pagamentos dos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 devido à falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos do período "definitivo" do *constrained-off* eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período "definitivo". Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reapurações dos ressarcimentos para os eventos ocorridos a partir de outubro de 2021.

15 Provisão para litígios

Política contábil

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Em 31 de dezembro de 2024, as controladas da Companhia possuem processos de natureza ambiental, tributária e cível com prognósticos de perda possível, os quais encontram-se descritos resumidamente a seguir:

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ações ambientais

Em 8 de novembro de 2019, a controlada Ventos de Santo Afonso foi notificada da lavratura de dois autos de infração pela Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Piauí – SEMAR/PI em decorrência de (i) suposto descumprimento de condicionante de licença de operação por alegada suposta provocação de efeitos estroboscópicos em residência no entorno do empreendimento e (ii) suposta elaboração de relatórios omissos de monitoramento de ruídos e efeito estroboscópico. Em 27 de novembro de 2019, a controlada apresentou impugnações aos autos de infração que, atualmente, aguardam julgamento em 1ª instância administrativa.

Em 31 de dezembro de 2024 o montante atualizado dessas ações é de R\$ 3.687 (R\$ 3.418 em 31 de dezembro de 2023).

Ações tributárias

Em 31 de dezembro de 2024, as controladas da Companhia possuem processos administrativos no Município de Curral Novo do Piauí, referente a notificações de autos de infração de cobrança de taxa de licenciamento do exercício de 2022, no montante atualizado de R\$ 2.799 (R\$ 2.599 em 31 de dezembro de 2023).

Ações cíveis

Em 31 de dezembro de 2024, o montante atualizado dos processos é de R\$ 37 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2023).

16 Obrigações socioambientais e com desmobilização de ativos

Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades dos parques eólicos. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente pelas controladas.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição e movimentação

	Desmobilização de ativos	Obrigações socioambientais	(-) Ajuste a valor presente	Consolidado	
				2024	2023
Saldo no início do exercício	364.995	3.738	(338.745)	29.988	27.549
Reversões	-	(3.738)	-	(3.738)	-
Realização do ajuste a valor presente (Nota 7)	-	-	2.688	2.688	2.439
Saldo no final do exercício	364.995	-	(336.057)	28.938	29.988
Circulante	-	-	-	-	3.738
Não circulante	364.995	-	(336.057)	28.938	26.250
	364.995	-	(336.057)	28.938	29.988

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e suas controladas em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia e suas controladas. No curso normal das operações, a Companhia e suas controladas realizam contratos com partes relacionadas (coligadas e acionistas), relacionados, principalmente, à compra e venda de energia e serviços.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora Auren.

(a) Controladora

	Controladora							
	Ativo		Passivo		Compras e serviços		Resultado financeiro (Nota 7)	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Dividendos a receber								
Ventos de São Vinícius Energias Renováveis S.A.	1.351	1.625	-	-	-	-	-	-
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A.	1.244	1.491	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	1.101	1.576	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	1.598	2.040	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	1.265	1.860	-	-	-	-	-	-
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	1.208	1.880	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.	1.250	1.440	-	-	-	-	-	-
	<u>9.017</u>	<u>11.912</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Alienação de participação de investidas (i)								
Citrosuco S.A. Agroindústria	-	3.923	19.301	18.689	-	-	(600)	(407)
	<u>-</u>	<u>3.923</u>	<u>19.301</u>	<u>18.689</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(600)</u>	<u>(407)</u>
Fornecedores - serviços								
Votorantim S.A.	-	-	1	2	(9)	(10)	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>(9)</u>	<u>(10)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Dividendos a pagar								
Auren Energia S.A.	-	-	7.281	8.693	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.281</u>	<u>8.693</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>9.017</u>	<u>15.835</u>	<u>26.583</u>	<u>27.384</u>	<u>(9)</u>	<u>(10)</u>	<u>(600)</u>	<u>(407)</u>

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Consolidado

	Consolidado									
	Ativo		Passivo		Vendas (Nota 5)		Compras e serviços		Resultado financeiro (Nota 7)	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Citrosuco S.A. Agroindústria	2.782	1.609	-	-	14.886	12.263	-	-	-	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	137	102	-	-	4.212	6.379	-	-	-	-
CESP Comercializadora	742	676	-	-	7.389	6.206	-	-	-	-
	<u>3.661</u>	<u>2.387</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26.487</u>	<u>24.848</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Alienação de participação de investidas (i)										
Citrosuco S.A. Agroindústria	-	3.923	19.301	18.689	-	-	-	-	(600)	(407)
	-	<u>3.923</u>	<u>19.301</u>	<u>18.689</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(600)</u>	<u>(407)</u>
Fornecedores – compras e serviços										
Votorantim S.A.	-	-	110	166	-	-	(1.354)	(997)	-	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	103	73	-	-	(4.012)	(3.384)	-	-
CESP Comercializadora	-	-	-	-	-	-	-	(28)	-	-
	-	-	<u>213</u>	<u>239</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.366)</u>	<u>(4.409)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Dividendos a pagar										
Auren Energia S.A.	-	-	7.281	8.693	-	-	-	-	-	-
Citrosuco S.A. Agroindústria	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	<u>7.283</u>	<u>8.693</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Repasso de custos partes relacionadas (ii)										
CESP Companhia Energética de São Paulo	-	-	1.638	-	-	-	(1.638)	-	-	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	1.202	-	-	-	(1.202)	-	-	-
Auren Energia S.A.	-	-	7.117	-	-	-	(7.117)	-	-	-
	-	-	<u>9.957</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9.957)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros débitos (iii)										
Sol do Piauí geração de Energia Ltda.	-	-	864	1.611	-	-	(1.700)	(1.611)	-	-
	-	-	<u>864</u>	<u>1.611</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.700)</u>	<u>(1.611)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>3.661</u>	<u>6.310</u>	<u>37.618</u>	<u>29.232</u>	<u>26.487</u>	<u>24.848</u>	<u>(17.023)</u>	<u>(6.020)</u>	<u>(600)</u>	<u>(407)</u>

- (i) Refere-se à operação da alienação de participação nas controladas Ventos de Santa Albertina e Ventos de São Adeodato, ocorrida em 2020. Os saldos encontram-se atualizados a valor presente, calculados por uma taxa de desconto livre de risco baseada na inflação do país, projetada para o período.
- (ii) Refere-se, principalmente a rateios de despesas compartilhadas de mão de obra e de serviços de tecnologia.
- (iii) Refere-se a títulos a pagar da tarifa do uso de transmissão.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

As controladas da Companhia optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia, e para as vendas de crédito de carbono com base na alíquota de presunção de 32% (IRPJ e CSLL).

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões. Destaca-se que a holding apurou prejuízo fiscal e não tem expectativa de realização desse prejuízo, não registrando, portanto, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos. A Companhia apenas registra diferido passivo sobre diferenças temporárias.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício da controladora apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	Controladora	
	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	30.454	36.372
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(10.354)	(12.366)
Equivalência patrimonial	12.909	17.055
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	(2.325)	(4.531)
Outras adições permanentes, líquidas	(26)	(3)
IRPJ e CSLL apurados	204	155
Diferidos	204	155
IRPJ e CSLL no resultado	204	155
Taxa efetiva %	0,67%	(0,43%)

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício do consolidado apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	2024					
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas de Venda (Crédito de Carbono)		Receitas Tributadas 100% (Financeira)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Bruta	234.886	234.886	2.739	2.739	31.410	31.410
Exclusão ICMS ST - Vendas Incentivadas	-	-	-	-	-	-
Total Receita Tributável	234.886	234.886	2.739	2.739	31.410	31.410
% de Presunção da Base	8%	12%	32%	32%		
Base de cálculo Presumida	18.791	28.186	876	876	31.410	31.410
Alíquota Nominal dos Tributos Adicional IRPJ	15%	9%	15%	9%	15%	9%
	10%		10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	4.530	2.537	219	79	7.852	2.827

	2023					
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas de Venda (Crédito de Carbono)		Receitas Tributadas 100% (Financeira)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Bruta	234.999	234.999	4.958	4.958	27.836	27.836
Total Receita Tributável	234.999	234.999	4.958	4.958	27.836	27.836
% de Presunção da Base	8%	12%	32%	32%		
Base de cálculo Presumida	18.800	28.200	1.587	1.587	27.836	27.836
Alíquota Nominal dos Tributos Adicional IRPJ	15%	9%	15%	9%	15%	9%
	10%		10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	4.532	2.538	397	143	6.959	2.505

19 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 417.467 (R\$ 278.467 em 31 de dezembro de 2023), composto por 382.977.199 ações ordinárias e sem valor nominal.

Conforme mencionado na Nota 1, o único acionista da Companhia é a Auren.

(b) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo ou aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado à conta de retenção de lucros prevista no estatuto social da Companhia (reserva para investimentos), que terá por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e expansão das suas atividades sociais, até que tal reserva atinja o valor equivalente a 80% (oitenta por cento) da cifra do capital, observado o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Distribuição de lucros

É reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2024, após a destinação da reserva legal, a Companhia provisionou os dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 7.281 (R\$ 8.675 em 31 de dezembro de 2023), reconhecido em dividendos a pagar.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	30.658	36.527
(-) Reserva legal - 5%	(1.533)	(1.826)
Base de cálculo dos dividendos	29.125	34.701
(-) Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto	(7.281)	(8.675)
(=) Saldo de lucros acumulados	21.844	26.026
(-) Retenção de lucros	(21.844)	(26.026)
(=) Saldo	-	-

20 Instrumentos financeiros e gestão de risco

20.1 Instrumentos financeiros por categoria

(b) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(c) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Ativos					
Ao custo amortizado					
Contas a receber de clientes (Nota 9)	1	-	-	31.380	34.713
		-	-	31.380	34.713
Ao valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa (Nota 8)	1	4.270	8.269	285.845	225.463
Fundo de liquidez - conta reserva (Nota 8)	1	-	-	52.508	36.753
		4.270	8.269	338.353	262.216
		4.270	8.269	369.733	296.929
Passivos					
Ao custo amortizado					
Financiamentos (Nota 13)	2	-	143.548	518.403	711.820
Fornecedores	1	1	2	12.076	5.665
Arrendamentos	1	-	-	306	687
Partes relacionadas (Nota 17)	1	19.301	18.689	30.122	20.539
		19.302	162.239	560.907	738.711

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 13.

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

20.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Sociedade a expõe a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental e (e) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia e suas controladas, seguem a Política de Gestão de Riscos da Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração da Auren. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 8.1. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

					Controladora
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	1	-	-	-	1
Partes relacionadas	19.301	-	-	-	19.301
	<u>19.302</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.302</u>
Em 31 de dezembro de 2023					
Empréstimos e financiamentos (i)	147.299	-	-	-	147.299
Fornecedores	2	-	-	-	2
Partes relacionadas	-	18.689	-	-	18.689
	<u>147.301</u>	<u>18.689</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>165.990</u>
					Consolidado
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024					
Financiamentos (i)	93.955	174.979	157.542	289.924	716.400
Fornecedores	12.076	-	-	-	12.076
Arrendamentos	306	-	-	-	306
Partes relacionadas	29.258	864	-	-	30.122
	<u>135.595</u>	<u>175.843</u>	<u>157.542</u>	<u>289.924</u>	<u>758.904</u>
Em 31 de dezembro de 2023					
Financiamentos (i)	237.241	166.464	149.178	320.452	873.334
Fornecedores	5.665	-	-	-	5.665
Arrendamentos	687	-	-	-	687
Partes relacionadas	239	20.300	-	-	20.539
	<u>243.832</u>	<u>186.764</u>	<u>149.178</u>	<u>320.452</u>	<u>900.225</u>

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Risco regulatório

As atividades das controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores há multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia e suas controladas consideram estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco em renováveis não-hídricas

(i) Risco de não performance dos parques eólicos

A Companhia possui em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que possui negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Companhia.

(ii) *Constrained-off* de usinas eólicas

Os eventos de *constrained-off* de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

(f) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas à variação das taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de contratos operacionais, financiamentos e debêntures. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas os quais são permanentemente monitorados.

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, fundo de liquidez – conta reserva, financiamentos e debêntures é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2024 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2024, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2025;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2024;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2024.

				Controladora				
				Impactos no resultado				
				Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2024	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros								
CDI 12,15%	Equivalentes de caixa e conta reserva	4.270	151bps*	64	(130)	(259)	130	259

				Consolidado				
				Impactos no resultado				
				Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2024	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros								
CDI 12,15%	Equivalentes de caixa e conta reserva	338.353	151bps*	5.092	(10.277)	(20.555)	10.277	20.555
TJLP 7,97%	Financiamentos e debêntures (i)	531.205	54bps*	2.869	10.584	21.169	(10.584)	(21.169)

(i) Valores não contemplam custos de captação.

*basis point

Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Seguros

A controladora Auren mantém em vigor apólices de cobertura de seguros de riscos patrimoniais. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites compartilhados entre as demais controladas do grupo.

Modalidade	Principais coberturas	Vencimento
Patrimonial	Danos Materiais e Lucros Cessantes	30/09/2025

O prêmio total pago pela Companhia e suas controladas para a contratação dos seguros acima mencionados é de aproximadamente R\$ 2.829 em 31 de dezembro de 2024.